

PLANO DE TRABALHO

para a Revisão do Ordenamento

Pesqueiro da Bacia do rio Paraná



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



PLANO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DO ORDENAMENTO PESQUEIRO DA BACIA DO RIO PARANÁ

Brasília - DF

2025



1. INTRODUÇÃO

1.1. A Bacia do alto rio Paraná e importância do plano de trabalho

A bacia do rio Paraná possui uma extensão de 330.445.869 hectares e constitui a segunda maior zona úmida da América do Sul (Reis et al., 2016), abrangendo territórios do Brasil, Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai.

O rio Paraná é formado pela junção dos rios Paranaíba e Grande, na tríplice fronteira entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Os dois principais formadores da bacia são esses rios, e seus principais afluentes incluem os rios Tietê, Paranapanema, Sucuriú, Pardo, Ivinhema e Ivaí. Trata-se da segunda maior bacia hidrográfica do Brasil e da mais densamente ocupada, abrigando cerca de 40% da população brasileira (Dagosta et al., 2024). A bacia do alto rio Paraná corresponde a aproximadamente um quarto (1/4) da Bacia Platina, formada pelas bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai.

No Brasil, a bacia do alto rio Paraná abrange partes dos estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal. O inventário ictiofaunístico mais recente da bacia registrou 341 espécies nativas, distribuídas em seis ordens e 30 famílias, o que a torna a bacia hidrográfica mais rica do Brasil fora da região amazônica. Destaca-se que a bacia do alto rio Paraná possui 10% de sua ictiofauna comum como ameaçada e apresenta 128 espécies não nativas (Dagosta et al., 2024).

A pesca profissional artesanal na bacia do alto rio Paraná constitui uma atividade essencial para a subsistência e a economia das comunidades pesqueiras, assegurando a segurança alimentar e a reprodução social desses atores. Diversas espécies de peixes, especialmente as migradoras, desempenham um papel central tanto na pesca comercial quanto na de subsistência.

No entanto, essa atividade enfrenta desafios significativos, decorrentes de múltiplos fatores, como as mudanças ambientais, a construção de barragens e a pesca predatória, os quais impactam negativamente os estoques pesqueiros e modificam a estrutura da comunidade aquática (Agostinho et al., 1992, 2008; Kimmel & Groeger, 2009).



Além dos efeitos dos represamentos, a ictiofauna da região tem sido afetada por introduções massivas de espécies não nativas, que também contribuem para alterações drásticas na composição da fauna nativa da bacia (Britto & Carvalho, 2006; Pelicice et al., 2023).

Recentemente, os efeitos intensificados das mudanças climáticas têm se tornado motivo de preocupação para a conservação da fauna aquática (Brown et al., 2024). Entre os impactos mais evidentes estão o aumento das temperaturas e os prolongados períodos de estiagem, que reduzem consideravelmente os níveis dos rios e comprometem a reprodução das espécies nativas, em sua maioria reofílicas.

Segundo Agostinho e Gomes (2005), a falta de informações sobre a pesca — incluindo aspectos relacionados ao ambiente, aos peixes e aos pescadores —, a ausência de monitoramento pesqueiro contínuo, as pressões antrópicas sinérgicas e a alta variabilidade natural na abundância dos recursos são, em geral, os principais fatores que comprometem a eficácia das ações de manejo dos recursos pesqueiros.

O ordenamento da pesca na bacia do alto rio Paraná é regulamentado pela Instrução Normativa nº 25, de 1º de setembro de 2009, que estabelece regras para a atividade pesqueira, incluindo períodos de defeso, tamanhos mínimos de captura e restrições ao uso de determinados petrechos. Complementarmente, a Instrução Normativa nº 26, de 2 de setembro de 2009, define normas gerais para a pesca na bacia hidrográfica do rio Paraná.

Diante das constantes e intensas mudanças ambientais, do aumento da pressão sobre os recursos pesqueiros e da necessidade de conciliar diferentes interesses econômicos e sociais, a revisão do ordenamento pesqueiro da bacia do rio Paraná torna-se essencial. Nesse sentido, este plano de trabalho tem como objetivo apresentar as etapas que conduzirão a revisão do ordenamento pesqueiro na referida bacia.

A revisão do ordenamento pesqueiro da bacia do alto rio Paraná será conduzida no âmbito da gestão compartilhada entre o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), conforme disposto na Portaria



MPA nº 58, de 22 de maio de 2023, que estabelece os procedimentos relacionados à gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros no âmbito do MPA.

O processo será pautado em discussões participativas e efetivas, envolvendo pescadores(as), pesquisadores(as), gestores e demais atores sociais, de forma a assegurar que a revisão se fundamente tanto no conhecimento científico quanto nos saberes tradicionais das comunidades pesqueiras.

A construção desta proposta está fundamentada em diagnósticos técnicos, que incluíram a caracterização da atividade pesqueira e a análise da biologia reprodutiva dos principais recursos pesqueiros da bacia do alto rio Paraná. Além disso, o processo incorporou discussões participativas e valorizou as experiências locais, garantindo a transparência e a inclusão de diferentes perspectivas na formulação do novo ordenamento.

1.2. Objetivos do plano de trabalho

O presente plano de trabalho tem por objetivo apresentar o processo de condução, bem como as etapas e o cronograma da revisão da Instrução Normativa nº 25, de 1º de setembro de 2009, que estabelece o ordenamento da pesca na bacia hidrográfica do rio Paraná, e da Instrução Normativa nº 26, de 2 de setembro de 2009, que define normas gerais de pesca para a mesma bacia.

1.3. Objetivos específicos:

- a) Definir a metodologia a ser empregada na revisão das normas de ordenamento da pesca na bacia do rio Paraná;
- b) Estabelecer um cronograma detalhado com as etapas do processo de revisão normativa;
- c) Apresentar os mecanismos de discussão participativa, garantindo o envolvimento dos pescadores(as), pesquisadores(as), gestores e demais atores sociais, de forma a assegurar que a revisão se fundamente tanto no conhecimento científico quanto nos saberes tradicionais das comunidades pesqueiras.



1.4. Justificativas

A Rede Pesca Brasil retoma o formato de discussão participativa na gestão pesqueira, composta por representantes de órgãos e entidades da administração pública (federal, estadual, distrital e municipal) e da sociedade envolvidos com a atividade pesqueira. Sua estrutura contempla um banco técnico-científico e 10 (dez) comitês permanentes de gestão da pesca e do uso sustentável dos recursos pesqueiros.

O estabelecimento dos Comitês Permanentes de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros (CPGs), da sua estrutura e dos instrumentos de planejamento, que contribuirão para o aprimoramento da gestão pesqueira por meio da Rede Pesca Brasil, são imprescindíveis para uma gestão e ordenamento da atividade pesqueira no país pautada no diálogo entre governo e sociedade civil, envolvendo de forma eficiente, o usuário dos recursos pesqueiros no processo de gestão, desde a tomada de decisão à implementação, aplicação e monitoramento das medidas de ordenamento.

Assim, são recorrentes as discussões sobre a necessidade de revisão do ordenamento pesqueiro da bacia do rio Paraná nas reuniões ordinárias do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste (CPG Centro-Sul). Esses debates vêm sendo retomados desde 2022, no âmbito da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil), conforme as recomendações destacadas no Quadro I.

Quadro 1. Recomendações do CPG Bacias do Centro-Sul

SESSÃO	DEMANDA
1ª SESSÃO ORDINÁRIA	RECOMENDAÇÃO 03/2022: O grupo técnico-científico (GTC) Centro-Sul deverá avaliar a alteração do período de defeso para toda a Bacia Hidrográfica do Paraná.
	RECOMENDAÇÃO 03/2022: As lideranças da pesca da Bacia Hidrográfica do rio Paraná devem apresentar proposta de alteração ou manutenção do defeso da Bacia a partir de discussão com os pescadores.
2ª SESSÃO ORDINÁRIA	RECOMENDAÇÃO 06/2022: Avaliar os subsídios referentes à alteração do parágrafo 2º do artigo 8º da Instrução Normativa IBAMA nº 25, de 1º de setembro de 2009, permitindo o uso dos camarões <i>Macrobrachium rosenbergii</i> , <i>M. amazonicum</i> , <i>M. jelskii</i> e do caranguejo <i>Dilocarcinus pagei</i> como iscas, definindo os apetrechos adequados. Assim como atualizar os nomes científicos das espécies de peixes da Instrução Normativa IBAMA nº 26, de 2 de setembro de 2009.
3ª SESSÃO ORDINÁRIA	RECOMENDAÇÃO 09/2024: Solicitar à Divisão de Reservatórios da Hidrelétrica de Itaipu os dados de monitoramento da pesca na bacia hidrográfica do Paraná.

2. DEFINIÇÃO DA EQUIPE

A revisão será conduzida por uma equipe multidisciplinar composta por representantes de:

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA);
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- Representantes do setor pesqueiro;
- Universidades e instituições de pesquisa.

3. ETAPAS E METODOLOGIAS

Apresenta-se a descrição de todas as atividades a serem desenvolvidas no processo de revisão do ordenamento pesqueiro na bacia do rio Paraná. As ações serão divididas em etapas e, para cada uma delas, serão descritos a metodologia, os atores envolvidos.

3.1. Etapa 1 - Diagnóstico da pesca na Bacia do Alto Rio Paraná

Esta etapa está sendo realizada por meio de um diagnóstico geral, que contempla a caracterização da atividade pesqueira e a análise da biologia reprodutiva dos principais recursos pesqueiros da bacia do alto rio Paraná.

Considerando a necessidade de revisão do ordenamento da bacia hidrográfica do alto rio Paraná e a importância de dados técnicos que subsidiem esse processo, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) firmou um Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O objetivo do TED é a caracterização da atividade pesqueira e a análise da biologia reprodutiva dos principais recursos pesqueiros da bacia do alto rio Paraná. Mais informações sobre este instrumento estão disponíveis no portal do MPA, por meio do seguinte endereço: <https://www.gov.br/mpa/descentralizacao-de-recursos-mpa-ufms>

O TED com a UFMS teve início em 12 de dezembro de 2023, com duração de 21 meses, podendo ser prorrogado conforme previsto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020.

O plano de trabalho previsto no TED foi dividido em etapas, incluindo o levantamento de dados secundários por meio da bibliografia disponível sobre a biologia reprodutiva das principais espécies-alvo da pesca — curimba, dourado, pacu, piapara, pintado e piau-três-pintas —, além da caracterização da atividade pesqueira e da socioeconomia da pesca, com a aplicação de entrevistas diretas aos pescadores profissionais artesanais em uma área piloto, que compreende desde Paranaíba/MS (Colônia Z-12) e Santa Fé do Sul/SP (Colônia Z-12) até Rosana/SP (Colônia Z-28) e Fátima do Sul/MS (Colônia Z-10).



Em seguida, serão realizadas visitas e entrevistas in loco às Colônias de Pescadores, Associações e comunidades pesqueiras, com o objetivo de levantar as principais demandas relacionadas à atividade pesqueira, aos recursos explorados e ao período de defeso da piracema.

Além disso, estão previstas visitas sistemáticas aos principais pontos de desembarque pesqueiro, para a identificação e confirmação taxonômica — em nível de espécie ou gênero — dos peixes descarregados, com a participação de especialistas em taxonomia, em conjunto com as comunidades pesqueiras locais.

Os resultados parciais desse processo foram apresentados durante a 4ª Reunião do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul), realizada nos dias 25 e 26 de março de 2025, em Brasília/DF.

A pesquisa resultará em um relatório técnico, que trará subsídios e sugestões para o aprimoramento do ordenamento pesqueiro na bacia do rio Paraná.

3.2. Etapa 2 - Discussão sobre o Plano de Trabalho com os membros Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul) e aprovação do Plano de Trabalho

O estabelecimento dos Comitês Permanentes de Gestão da Pesca (CPGs), bem como de sua estrutura e dos instrumentos de planejamento, é fundamental para assegurar uma gestão e um ordenamento eficazes da atividade pesqueira no país. Tal gestão deve ser pautada no diálogo contínuo entre o governo e a sociedade civil, envolvendo de maneira eficiente os usuários dos recursos pesqueiros em todas as etapas do processo, desde a tomada de decisão até a implementação, aplicação e monitoramento das medidas de ordenamento.

Conforme disposto na Portaria MPA nº 346, de 28 de agosto de 2024, que trata da designação dos membros do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Centro-Sul (CPG



Bacias do Centro-Sul), o Plano de Trabalho foi encaminhado para apreciação consultiva dos membros portariados, em conformidade com o regimento interno do Comitê, com o objetivo de receber contribuições e realizar eventuais ajustes considerados pertinentes.

Após a consolidação das contribuições recebidas, o plano foi apresentado na 4ª Reunião Ordinária do CPG Bacias do Centro-Sul, realizada nos dias 25 e 26 de março de 2025, em Brasília/DF, com a presença dos membros do Comitê e dos principais atores envolvidos na pesca na bacia hidrográfica do rio Paraná. Mais informações sobre a reunião estão disponíveis no portal do MPA, por meio do seguinte link: www.mpa/cpg-bacias-centro-sul/4o-reuniao-ordinaria

Com a apresentação e incorporação das contribuições, o plano foi considerado aprovado, resultando nas seguintes recomendações:

Quadro 2. Recomendações da 4ª Sessão Ordinária do CPG Bacias do Centro-Sul

Recomendação	Prazo para início às tratativas da recomendação
REC 2/2025: A revisão da IN 26/2009, que versa sobre as normas gerais de pesca para a bacia hidrográfica do rio Paraná, considerar a pesca no Lago Paranoá-DF.	Abril de 2025
REC 9/2025: Formalizar o Grupo de Trabalho para a revisão da IN nº 25/2009, que estabelece o ordenamento pesqueiro na bacia hidrográfica do rio Paraná, e da IN nº 26/2009, que estabelece normas gerais de pesca para a bacia hidrográfica do rio Paraná.	Abril de 2025
REC 10/2025: Apresentação da minuta de portaria para a revisão da IN nº 25/2009, que estabelece o ordenamento pesqueiro na bacia hidrográfica do rio Paraná, e da IN nº 26/2009, que estabelece normas gerais de pesca para a bacia hidrográfica do rio Paraná, até o primeiro semestre de 2026.	1º Semestre de 2026



Trata-se da recomendação de constituição de grupo de trabalho, em conformidade com a Recomendação nº 09/2025, deliberada durante a 4ª Reunião Ordinária do CPG Bacias do Centro-Sul. Essa etapa está detalhada no item 3.4 deste plano de trabalho.

3.3. Etapa 3 - Consulta pública do Plano de Trabalho na Plataforma Brasil Participativo

Considerando a aprovação do Plano de Trabalho na 4ª Reunião Ordinária do CPG Bacias Centro-Sul, este plano será submetido à consulta pública na plataforma Participa + Brasil (<https://www.gov.br/participamaisbrasil/pagina-inicial>), com o objetivo de receber novas contribuições da sociedade civil, pesquisadores, gestores estaduais e municipais para a proposição de medidas de ordenamento que precisam ser atualizadas e amplamente discutidas durante o processo de revisão do ordenamento pesqueiro da bacia do rio Paraná.

A plataforma Participa + Brasil é um canal aberto à participação popular para a sugestão de criação e de melhorias das políticas públicas do país. A proposta é que, por meio desse canal, qualquer pessoa com cadastro no Gov.Br poderá enviar suas contribuições.

Com essa consulta, espera-se ampliar a participação de pescadores, comunidades, pesquisadores, gestores e outros atores na construção coletiva do ordenamento pesqueiro da bacia do rio Paraná, tornando o processo mais transparente e representativo. O público cadastrado poderá contribuir de forma qualificada com sugestões e propostas para aprimorar o documento, fortalecendo a participação social na definição das diretrizes para a gestão sustentável da pesca.

3.4. Etapa 4 - Instituição do grupo de trabalho na 4ª reunião ordinária do CPG Bacias do Centro-Sul

Considerando a aprovação deste Plano de Trabalho durante a 4ª Reunião Ordinária do CPG Centro-Sul e a Recomendação nº 9/2025, que propõe a formalização de um Grupo de Trabalho para a revisão da Instrução Normativa nº 25/2009 — que estabelece o ordenamento pesqueiro na bacia hidrográfica do rio Paraná — e da Instrução Normativa nº 26/2009, que define normas gerais de pesca para essa mesma bacia, conforme deliberado na referida reunião do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul), realizada nos dias 25 e 26 de março de 2025, em Brasília.

A instituição do grupo será em junho de 2025, bem como sua organização e funcionamento, será regida pelo Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, que institui a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros – Rede Pesca Brasil, conforme disposto na Seção II – Dos grupos de trabalho.

§ 1º Os grupos de trabalho:

I - serão instituídos e compostos na forma de ato do Ministério da Pesca e Aquicultura;

II - serão compostos por, no máximo, dez membros;

III - terão caráter temporário e duração de cento e oitenta dias; e

IV - estarão limitados a, no máximo, três em operação simultânea.

§ 2º Os grupos de trabalho serão compostos por integrantes dos comitês permanentes e por especialistas com comprovada experiência no tema a ser tratado.

§ 3º Os grupos de trabalho serão coordenados por membros dos comitês permanentes.

§ 4º O prazo de duração do grupo de trabalho de que trata o inciso III do § 1º poderá ser prorrogado uma vez, por igual período.

§ 5º Cada grupo de trabalho deverá apresentar o relatório final de suas atividades ao comitê permanente.

Embora o grupo de trabalho seja constituído, por ato formal, exclusivamente por membros do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste – CPG Centro-Sul, designados pela Portaria MPA nº 305, de 30



de julho de 2024, tanto os membros quanto os Ministérios da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Meio Ambiente (MMA) poderão indicar a participação de convidados, eventuais ou permanentes, para integrarem e colaborarem nas atividades do grupo de trabalho (GT).

Essa medida visa ampliar o diálogo técnico e institucional, garantindo maior pluralidade nas discussões e experiências, sem comprometer a composição formal do grupo, conforme definido na portaria.

Após a instituição do Grupo de Trabalho, devidamente formalizada por portaria, será elaborado um cronograma de reuniões com o objetivo de promover o diálogo sobre o ordenamento pesqueiro das bacias do Paraná e Alto Paraná, envolvendo os diversos atores participantes. As reuniões serão realizadas de forma virtual, ao longo do segundo semestre de 2025, sob a coordenação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

3.5. Etapa 5 - Diálogo com as secretarias estaduais de Pesca e Meio Ambiente

A Bacias do Paraná e Ato Paraná abrangem partes dos estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, o que exige uma abordagem integrada e transversal para o ordenamento pesqueiro. Nesse contexto, as secretarias estaduais de pesca desempenham um papel estratégico fundamental no processo de gestão sustentável dos recursos pesqueiros.

Essas secretarias são responsáveis pela implementação das políticas públicas estaduais voltadas à pesca, atuando na regulamentação, fiscalização, monitoramento e promoção da atividade pesqueira em seus respectivos territórios. Além disso, exercem um papel articulador entre os diversos atores envolvidos, como comunidades pesqueiras, órgãos ambientais, órgãos de controle e a sociedade civil.

A transversalidade das discussões é essencial para harmonizar as ações e estratégias adotadas em cada estado, garantindo que o ordenamento pesqueiro respeite as particularidades regionais, os ecossistemas locais e as demandas socioeconômicas. Essa colaboração interinstitucional fortalece o diálogo entre governo federal e estadual, promovendo a construção de um sistema de governança eficiente, que integra conhecimentos técnicos e saberes tradicionais.



Desta forma, este plano de trabalho contempla etapas específicas voltadas à articulação com as Secretarias Estaduais de Pesca e outras instâncias de gestão pesqueira, com o objetivo de promover sua integração ao processo de revisão do ordenamento pesqueiro.

As articulações visam possibilitar a participação dessas Secretarias nas reuniões do Grupo de Trabalho (GT), na condição de convidadas, de forma eventual. Essa participação tem como propósito contribuir com a construção das propostas de ordenamento a partir das particularidades da atividade pesqueira em cada estado, bem como subsidiar as discussões técnicas com informações e pareceres que reflitam as especificidades regionais, fortalecendo a legitimidade e a efetividade do processo.

3.6. Etapa 6 - Discussão participativa junto aos pescadores e pescadoras da bacia do rio Paraná

Considerando a importância de garantir uma discussão participativa junto aos pescadores e pescadoras da bacia do rio Paraná, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) estabelecerá uma parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED). Esse instrumento permite a descentralização de créditos entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para a execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora, conforme estabelecido no plano de trabalho.

O objetivo principal deste TED é assegurar a participação ativa dos pescadores e pescadoras nas discussões sobre o ordenamento pesqueiro da bacia do rio Paraná. A equipe responsável pela coordenação do TED realizará reuniões presenciais nos estados, em locais estratégicos definidos pela coordenação, com o propósito de receber propostas que serão atualizadas e debatidas durante o processo de revisão do ordenamento pesqueiro da bacia do rio Paraná. Essas reuniões estão previstas para ocorrer no segundo semestre de 2025.



3.7. Etapa 7 - Apresentação da minuta de portaria às Consultorias Jurídicas (CONJUR) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Considerando o avanço das discussões no âmbito do Grupo de Trabalho (GT), especialmente na Etapa 4, bem como os relatórios produzidos durante a Etapa 6 — correspondente ao processo de discussão participativa — e após as consultas realizadas com as secretarias estaduais de pesca, além das contribuições recebidas por meio da consulta pública na plataforma Participa + Brasil, entende-se que esta fase culminará na elaboração de uma minuta de portaria.

Essa minuta tratará da proposta de revisão da Instrução Normativa nº 25/2009 — que estabelece o ordenamento pesqueiro na bacia hidrográfica do rio Paraná — e da Instrução Normativa nº 26/2009, que define normas gerais de pesca para a mesma bacia.

A minuta será apresentada às Consultorias Jurídicas (CONJUR) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) no primeiro semestre de 2026, para análise e realização dos ajustes necessários, com vistas a assegurar a segurança jurídica do instrumento normativo.

Após essa etapa, a proposta será submetida à apreciação na 6ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul), também prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2026.

3.8. Etapa 8 - Apresentar a minuta de portaria na 6ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul)

Após a apresentação da minuta de portaria às Consultorias Jurídicas (CONJUR) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no âmbito da Etapa 7, a minuta será submetida à 6ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul), também prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2026.

3.9. Etapa 9 - Manifestação técnica do Grupo Técnico Científico do CPG Centro-Sul e das Secretarias Estaduais de Pesca e Meio Ambiente

Considerando que, após a aprovação da minuta de portaria pelos membros do CPG, o documento será encaminhado para manifestação do Grupo Técnico-Científico de assessoramento do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai, Atlântico Sul e Atlântico Sudeste (CPG Centro-Sul), designado pela Portaria de Pessoal MPA nº 326, de 22 de agosto de 2024. Art. 2º Compete ao Grupo Técnico-Científico do CPG Centro-Sul:

- I - avaliar e fazer recomendações sobre as temáticas encaminhadas pelo CPG Centro-Sul;
- II - propor e apoiar tecnicamente a realização de estudos e pesquisas na gestão dos recursos pesqueiros;
- III - propor estratégias de monitoramento, controle e avaliação da gestão da atividade pesqueira;
- IV - fornecer e analisar informações da atividade pesqueira, incluindo dados biológicos, ecológicos, ambientais, econômicos e sociais;
- V - subsidiar tecnicamente a participação do Brasil nos fóruns nacionais e internacionais sobre a atividade pesqueira; e VI - elaborar relatório final sobre cada demanda apreciada e apresentar em reunião do CPG Centro-Sul.



A minuta de portaria também será encaminhada às Secretarias Estaduais de Pesca dos respectivos estados para as devidas manifestações.

3.10. Etapa 10 - Consulta pública da Minuta de Portaria na plataforma Participa + Brasil

Considerando a aprovação da minuta de portaria na 6ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul), e posterior às devidas manifestações técnicas do Grupo Técnico-Científico do CPG Centro-Sul, bem como das Secretarias Estaduais de Pesca, a minuta de portaria será submetida à plataforma Participa + Brasil para consulta pública, aberta a contribuições.

Ressalta-se a importância desta consulta pública para garantir a transparência no processo de elaboração normativa, possibilitar a participação social, ampliar o debate técnico e incorporar sugestões que promovam a gestão sustentável dos recursos pesqueiros, alinhando a norma às necessidades e expectativas dos diversos atores envolvidos.

Considerando a finalização desta etapa e as contribuições recebidas, os pareceres emitidos serão juntados aos autos, com vistas ao alinhamento técnico final entre o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), para posterior envio às Consultorias Jurídicas dos ministérios, garantindo a conformidade jurídica e a segurança normativa necessárias à edição da portaria.

4. SISTEMATIZAÇÃO DAS ETAPAS

Etapas	Descrição da etapa	Prazo
Etapa 1	Diagnóstico da pesca na Bacia do Alto Rio Paraná	2023 a 2025
Etapa 2	Discussão sobre o Plano de Trabalho e aprovação na 4ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul)	Fevereiro a março de 2025
Etapa 3	Consulta Pública do Plano de Trabalho na Plataforma Participa + Brasil	junho de 2025
Etapa 4	Instituição do Grupo de Trabalho na 4ª Reunião Ordinária do CPG Bacias do Centro-Sul	Junho
Etapa 5	Diálogo com as secretarias estaduais de Pesca e Meio Ambiente	Julho a novembro, 2025
Etapa 6	Discussão participativa junto aos pescadores e pescadoras da bacia do rio Paraná	Julho a dezembro, 2025
Etapa 7	Apresentação da Minuta de Portaria às Consultorias Jurídicas (CONJUR) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Primeiro semestre de 2026
Etapa 8	Apresentação da Minuta de Portaria na 6ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros Continentais das Bacias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Atlântico (CPG Bacias do Centro-Sul)	Primeiro semestre de 2026
Etapa 9	Envio da Minuta de Portaria para manifestação técnica do Grupo Técnico-Científico do CPG Centro-Sul, bem como das Secretarias Estaduais de Pesca	Junho de 2026
Etapa 10	Consulta pública da Minuta de Portaria na plataforma Participa + Brasil	Agosto de 2026

4. REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, A. A.; H.F. JÚLIO Jr. & J.R. BORGHETTI. Considerações sobre os impactos dos represamentos na ictiofauna e medidas para sua atenuação. Um estudo de caso: Reservatório de Itaipu. *Rev. Unimar* 14 (supl.): 89-107. 1992.

AGOSTINHO, A. A.; THOMAZ, S. M.; GOMES, L. C.; Conservação da biodiversidade em águas continentais do Brasil. *Conservation Biology*, Pages 646–652 Volume 19, No. 3, June. 2005.

AGOSTINHO, A. A.; PELICICE, F. M.; PETRY, A. C.; GOMES, L. C.; JÚLIO JUNIOR, H. F. Fish diversity in the upper Paraná River basin: habitats, fisheries, management and conservation. *Aquatic Ecosystem Health & Management*, v. 10, n. 2, p. 174-186, 2007.

AGOSTINHO, A.A.; PELICICE, F.M.; GOMES, L.C. Dams and the fish fauna of the Neotropical region: impacts and management related to diversity and fisheries. *Braz. J. Biol.* 68 (4 suppl). Nov 2008.

BRITTO, S. G. C.; CARVALHO, E. D. Ecological attributes of fish fauna in the Taquaruçu Reservoir, Paranapanema River (upper Paraná, Brazil): composition and spatial distribution. *Acta Limnologica Brasiliensia*, v. 18, n. 4, p. 377-388, 2006.

BROWN, T. M.; O'CONNOR, J.; GENNER, M. J. Climate warming drives population trajectories of freshwater fish. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 121, n. 51, p. e2410355121, 2024.

DAGOSTA, F. C. P.; MONÇÃO, M.S.; NAGAMATSU, B. A.; PAVANELLI, C. S.; CARVALHO, F.R.; LIMA, F. C. T.; LANGEANI, F.; DUTRA, G. M.; OTA, R. R.; SEREN, T. J.; TAGLIACOLLO, V.; MENEZES, N. A.; BRITSKI, H. A.; DE PINNA, M. Fishes of the upper rio Paraná basin: diversity, biogeography and conservation. *Neotrop Ichthyol.* 2024; 22(1), 2024.

PELICICE, F. M.; AGOSTINHO, A. A.; ALVES, C. B. M.; ARCIFA, M. S.; AZEVEDO-SANTOS; V. M., BRITO; M. F. G.; ... & VITULE, J. R. S. Unintended consequences of valuing the contributions of non-native species: Misguided conservation initiatives in a megadiverse region. *Biodiversity and Conservation*, v. 32, n. 12, p. 3915-3938, 2023.

REBOUÇAS, A. C.; Potencial Hidrogeológico da bacia do Paraná, Brasil. Anais do primeiro congresso brasileiro de águas subterrâneas. Recife (PE), novembro de 1980.

REI, R.E., Albert, J.S., Di Dario, F., Mincarone, M.M., Petry, P., and Rocha, L.A. (2016) Fish 630 biodiversity and conservation in South America. *Journal of fish biology* 89(1), 12-47. 631 URL: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jfb.13016/full>



SOUZA, I. A. *Geografia física do Rio Paraná, Brasil*, 2000.

KIMMEL, B. L.; GROEGER, A. W. Factors controlling primary production in lakes and reservoirs: a perspective. *Lake and Reservoir Management*, v. 1, n. 1, p. 277-281, 2009.